

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO E DA BOA GOVERNANÇA PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARÁ: A QUESTÃO DA DIVISÃO TERRITORIAL

Inailde Almeida
UFOPA
inaildealmeida@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O estado do Pará, segundo maior estado brasileiro com extensão territorial de 1.247.950,003 km² (IBGE, 2011) e com contribuição no PIB regional, de 37,1%, sendo o maior da Região Norte (IDESP, 2011) apresenta discrepância de desempenho entre as diversas microrregiões e municípios, ocasionando péssimas condições sociais. Historicamente o processo de colonização da Amazônia se insere num contexto do extrativismo predatório dos recursos naturais, sem agregação de valor, mantendo-se este cenário na atualidade.

No panorama contemporâneo do Estado, no que tange o desenvolvimento desigual das microrregiões, surge em cena a proposta de criação de dois novos territórios desmembrados a partir da unidade federativa paraense: Carajás e Tapajós. A possibilidade de uma nova configuração estadual enseja o intenso debate no seio amazônico, acarretando em diversos argumentos, o que envolve distintos aspectos (sociais, políticos, econômicos, geográficos, ambientais, etc.) ligados ao desenvolvimento desta conjectura regional.

Um argumento que se faz necessário é a importância do planejamento regional para o desenvolvimento como enfatizado por Matus (1989), o qual critica o planejamento tradicional, tecnocrático e economicista que impede o diálogo social, ressaltando o planejamento estratégico público como uma ferramenta de suporte para os atores sociais organizarem-se e disputarem espaço, na construção de ambientes institucionais articulados pelos atores sociais: governo, setor produtivo e sociedade civil.

Conforme Buarque (2002), o desenvolvimento local sustentável resulta da interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local e a elevação de oportunidades sociais para a competitividade da economia local, assegurando a conservação dos recursos naturais locais mediante estratégias de cooperação como um canal importante de organização do produtor e da produção, geração de trabalho e renda e agregação de valor.

Uma boa governança regional caracteriza-se pelo engajamento cívico do capital social organizado para facilitar e desenvolver ações efetivas e coordenadas na sociedade (PUTNAM, 1995). A estratégia a ser analisada neste estudo retrata o capital social organizado em associações e cooperativas, estes fundamentais para a promoção do desenvolvimento territorial, deixando o paradigma de gestão setorial para um novo paradigma territorial de integração.

A gestão pública do Estado mostra-se afastada das regiões mais longínquas da Região Metropolitana, com ineficientes ações públicas na geração de desenvolvimento sustentável, afugentando o tripé: eficiência econômica, conservação ecológica e integridade social. A região de Carajás, no sudeste paraense, possui além da riqueza mineral, um grande potencial de recursos agroflorestais e agropecuários, mas que, infelizmente, não são utilizados de forma satisfatória na administração pública atual.

O presente estudo demonstra a relevância do planejamento e boa governança como gerador de mudança na gestão pública, fundamental para integração no desenvolvimento regional do estado. Para tal, será enfatizado o planejamento, como instância de governança, utilizando das estratégias de desenvolvimento o associativismo e cooperativismo da região de Carajás.

O trabalho propõe uma abordagem acerca do planejamento público moderno com um enfoque tanto no âmbito nacional quanto local, estando organizado, além dessa introdução, em mais três sessões. A sessão seguinte apresenta um breve relato da alteração do paradigma da doutrina do planejamento público, saindo de um modelo centralizador para um modelo descentralizado/locacional. Na segunda sessão faremos uma caracterização das regiões do estado do Pará (Oeste, Sudeste, Marajó, Nordeste) bem como analisaremos seus principais problemas socioeconômicos e ambientais. A sessão três constará da problemática da divisão do estado do Pará bem como indicaremos uma estratégia para o desenvolvimento da região de Carajás, buscando a diminuição das desigualdades.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO PLANEJAMENTO PÚBLICO MODERNO

Planejar é organizar metas com o intuito de atingir objetivos. Todo ato de planejar, independente de qualquer circunstância vivenciada, só alcançará resultados se

respeitar, de fato, as diretrizes inerentes ao planejamento: uma estratégia estruturada, uma satisfatória capacidade governamental e participação dos atores sociais envolvidos.

Acontecimentos na história mundial proporcionaram a aceleração do processo de globalização da economia. Anteriormente, o pensamento que se tinha (até ano de 1989) era o de que, para desenvolver uma região, o primordial seria focar no desenvolvimento da economia dessa localidade, ficando em estratégias ligadas a economia, simplesmente, sendo que o parâmetro de crescimento econômico era medido pelo crescimento do PIB.

A crise econômica instalada em muitos países, inclusive no Brasil, o que levou a derrocada do paradigma de planejamento centralizado e puramente economicista, modificou o posicionamento do Estado, que antes tinha um papel essencialmente intervencionista, passando a ser o instrumento regulador.

A partir de novas perspectivas, surgiu a necessidade de se adotar novos modelos de produção e comercialização que fossem mais flexíveis. Assim, a organização produtiva regional tornou-se competitiva, ganhou novos rumos com a ampliação de seu dinamismo, devendo salientar que a tecnologia foi o que viabilizou esse processo inovador.

A centralização burocrática baseada na tecnocracia e no tradicionalismo, que não levava em consideração as demandas sociopolíticas da sociedade civil dos estados e municípios, preponderou até a década de 90 no Brasil, bem como na Amazônia. Após isso, o planejamento descentralizado foi ganhando espaço e, a partir daí, novas políticas de desenvolvimento foram sendo discutidas, as quais envolviam ciência, tecnologia e a sociedade como um todo.

Inovar as cadeias produtivas estratégicas era o ponto chave para o progresso regional, pois se vislumbrava o desenvolvimento das potencialidades locais, ou seja, o crescimento endógeno nas regiões em que se localizavam as intervenções.

Dessa forma, o cerne do planejamento público moderno está pautado na endogenia e na sustentabilidade. A teoria do desenvolvimento endógeno e a sustentabilidade do desenvolvimento, portanto, passaram a ser os elementos balizadores para concepção, formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento no presente contexto de globalização econômica que resultou na descentralização do planejamento público (SILVA, 2009).

Carlos Matus (1989) e John Friedmann (1987) foram os grandes conselheiros do planejamento público moderno, que é voltado para o âmbito local, regional. Este tipo de

planejamento é focado para o agora, para a situação que cada localidade vivencia no determinado momento da interferência. O objetivo desse enfoque situacional é melhorar a vida dos atores sociais que compõem o quadro de desenvolvimento que se encontra em desequilíbrio, pois se permite uma atuação socioeconômica e político-institucional no território de forma mais eficaz.

De modo especial, Matus enveredou seu olhar para compreender o motivo pelo qual os países da América Latina não alcançaram um desenvolvimento, mesmo após a teoria cepalina adentrar na esfera de intervenção econômica. Dessa forma, Matus estabeleceu a teoria do planejamento público moderno, sempre tomando por base a análise situacional conjugada com o uso da ciência como também de técnicas de governo, onde os gestores pudessem aumentar sua capacidade de governança.

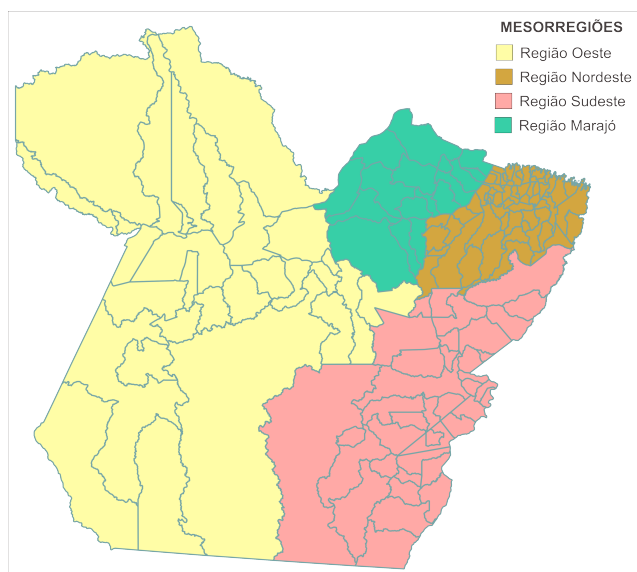
Em suma, era perceptível no período de vigor do planejamento tradicional a sua incapacidade de lidar com uma realidade social tão complexa e incerta, em virtude de utilizar como base os princípios deterministas. Era essencial reorganizar o planejamento visto que ele é o principal meio de libertação do homem. E como novo modo de organização, surgiu o desenvolvimento endógeno como foco do planejamento público moderno, o qual, de acordo com Buarque (2002), pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local.

3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL DA REGIÃO PARAENSE

O estado do Pará, caracteriza-se por uma heterogeneidade ímpar apresentando peculiaridades e obstáculos, que por muitas vezes, impede, um processo eficaz de planejamento.

Muitas divisões do estado são feitas na intenção de melhor agrupar as semelhantes características percebidas nas localidades. Neste estudo, a abordagem se dará a partir da divisão por regiões: Oeste (Sudoeste Paraense e Baixo Amazonas), Sudeste, Nordeste (Nordeste e Região Metropolitana de Belém - RMB) e Marajó.

Figura 1: Regiões do Pará. FONTE: IBGE, 2011.



A partir da divisão acima descrita, foi realizado um levantamento de alguns dados, os quais conferem particularidades a cada uma das regiões (Tabela 1).

Tabela 1: Os principais indicadores socioeconômicos e ambientais das regiões do Pará.

INFORMAÇÕES			MESORREGIÃO				Total Geral
			MARAJÓ	NORDESTE	OESTE	SUDESTE	
SOCIAL	População, Área Territorial e Densidade Demográfica ¹	População por (1.000 Hab.)	487	4.225	1.228	1.648	7.588
		Área Territorial (1.000 Km2)	104	90	756	297	1.248
		Densidade Demográfica (Hab./Km2)	113	7.230	89	355	7.787
	Número de Estabelecimentos de Ensino Médio ²	Estadual	28	317	77	91	513
		Municipal					
	Nº de Estabelecimentos de Ensino Fundamental ²		1.412	4.998	2.700	1.763	10.873
	Nº de Estabelecimentos de Ensino Superior ²		-	25	5	4	34
	Taxa de Mortalidade Geral e Infantil ³	% de Mortalidade Geral (por 1.000 hab.)	2,35	4,27	3,6	4,19	-
		% de Mortalidade Infantil (óbitos infantis por 1.000 nasc. vivos)	22,41	17,1	20,73	19,91	-
	Nº de leitos hospitalares, ambulatoriais e de urgência ³		472	11.597	2.704	4.040	18.813
	Consumidores de Água ⁴		16.430	559.455	58.073	35.224	669.182
	Consumidores de Energia Elétrica ⁵		51.690	1.027.682	217.662	369.627	1.666.661
ECONOMIA	PIB (R\$ 1.000,00) ⁶		1.217.549	30.293.006	6.634.129	20.373.884	58.518.568
	PIB Per Capita ⁶		42.949	252.151	136.662	347.865	779.627
AMBIENTAL	Valor Adicionado Agropecuário, Indústria e Serviços (R\$ 1.000,00) ⁶	Agropecuário	183.784	1.054.466	939.952	1.558.975	3.737.177
		Indústria	161.331	6.268.871	1.575.418	11.149.022	19.154.642
		Serviços	834.899	18.911.814	3.630.413	6.508.512	29.885.638
	Área desflorestada em km ^{2,7}		3.316	49.365	59.818	132.537	245.035

Fonte: IBGE-2011¹; MEC/INEP-2009 e 2010²; MS-DATASUS-2009 e 2010³; COSANPA-2009⁴; REDE-CELPA-2009⁵; IBGE-SEPOF-2008⁶; Prodes/INPE-2009⁷. Elaborador: IDESP, 2011.

3.1 Educação

A educação básica é primordial para o desenvolvimento da população, além de ser uma das garantias constantes na Constituição Federal de 88 (art. 6º, 7º IV). Um artigo da CF/88 de grande relevância é o art. 23, no qual consta:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência (grifo nosso).

Assim, a partir dos dados coletados, verifica-se um número insatisfatório de estabelecimentos de nível fundamental para atender a demanda populacional das regiões estudadas. Dessa forma, sendo o ensino básico deficiente, refletirá num ensino médio e superior falho.

É de responsabilidade do estado proporcionar à população o acesso ao ensino médio e superior. Todavia, conforme a pesquisa realizada, é alarmante os números de estabelecimentos desses níveis de ensino, totalizando, em todo o estado, um número de 513 estabelecimentos de ensino médio bem como 34 estabelecimentos de nível superior.

Assim, a missão maior da educação, que é ser transformadora de cidadania e agente de resgate da dívida social, fica prejudicada.

3.2 Saúde

Os padrões da OMS (Organização Mundial da Saúde) indicam que para atender a população é necessário, pelo menos, 4 leitos por mil habitantes. No entanto, tomando como exemplo a região Sudeste do estado, verifica-se um número de 4.040 leitos (somando leitos hospitalares, ambulatoriais e de urgência) para uma população de 1.648 milhão, o que resulta num valor de apenas 2,45 leitos disponível com *déficit* de 2.560 leitos para alcançar situação apropriada de atendimento. Esse resultado reflete o alto nível de mortalidade da região, ou seja, para cada mil habitantes, sucumbem cerca de 24% da população.

3.3) Infraestrutura

Os indicadores acerca da dimensão estrutural refletem a qualidade de vida que a população possui. Melhorar o cotidiano das pessoas, disponibilizando uma infraestrutura que facilite o acesso dessa população a esses serviços, é essencial para se pensar num desenvolvimento regional.

No que diz respeito ao serviço de água, traçando um quadro comparativo das regiões elencadas, percebe-se que na região Nordeste, com cerca de uma população de 4 milhões de pessoas, apenas 8% delas tem acesso ao serviço de água encanada fornecido pela estatal – COSANPA. No caso da região do Marajó o fato é mais agravante, pois de uma população de quase meio milhão de habitantes, cerca de 3,5% tem acesso a um recurso hídrico de qualidade.

No que tange o serviço energético, observa-se que na região Sudeste do estado, numa população estimada em 1.600 milhão, somente 23% desse contingente populacional possui energia elétrica fornecida pela concessionária de energia – Grupo Rede/CELPA.

3.4 Economia

Crescimento econômico está intimamente ligado a aspectos quantitativos, pois se busca medir o nível de atividades econômicas bem como seu desenvolvimento em uma determinada região. Porém crescer economicamente é importante, mas não suficiente para uma região que deseja alcançar um desenvolvimento pleno, um planejamento equilibrado, sendo também essencial: políticas públicas, infraestrutura, participação do governo e da sociedade.

O PIB (Produto Interno Bruto) do Nordeste do estado, no ano de 2008, foi de aproximadamente 30 milhões de reais, trazendo uma consequente soma financeira no que tange o setor de serviços, um valor estimado em dezenove milhões de reais. Porém, como nesta região está inserida a RMB, o setor industrial apresenta um valor de investimentos não tão elevado (seis milhões de reais) quando comparado à região do Sudeste, que traz como um de seus ícones a extração minerária, contabilizando um valor aproximado de 11 milhões de reais, apresentando um PIB de 20 milhões de reais.

3.5 Ambiental

O desmatamento, ou desflorestamento, se dá, em suma, pelo corte raso da floresta. Dados relativos ao monitoramento da cobertura florestal desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE – por meio do Projeto de Estimativa do Desflorestamento da Amazônia – PRODES (referência somente ao corte raso da floresta) indicava que, até agosto de 2008, a Amazônia apresentaria um desflorestamento total de 17,3% de sua cobertura vegetal, áreas estas que seriam convertidas em atividades agropecuárias; no Pará foi feito um levantamento em 2007 acerca do desflorestamento, indicando que uma área de 238 mil km²

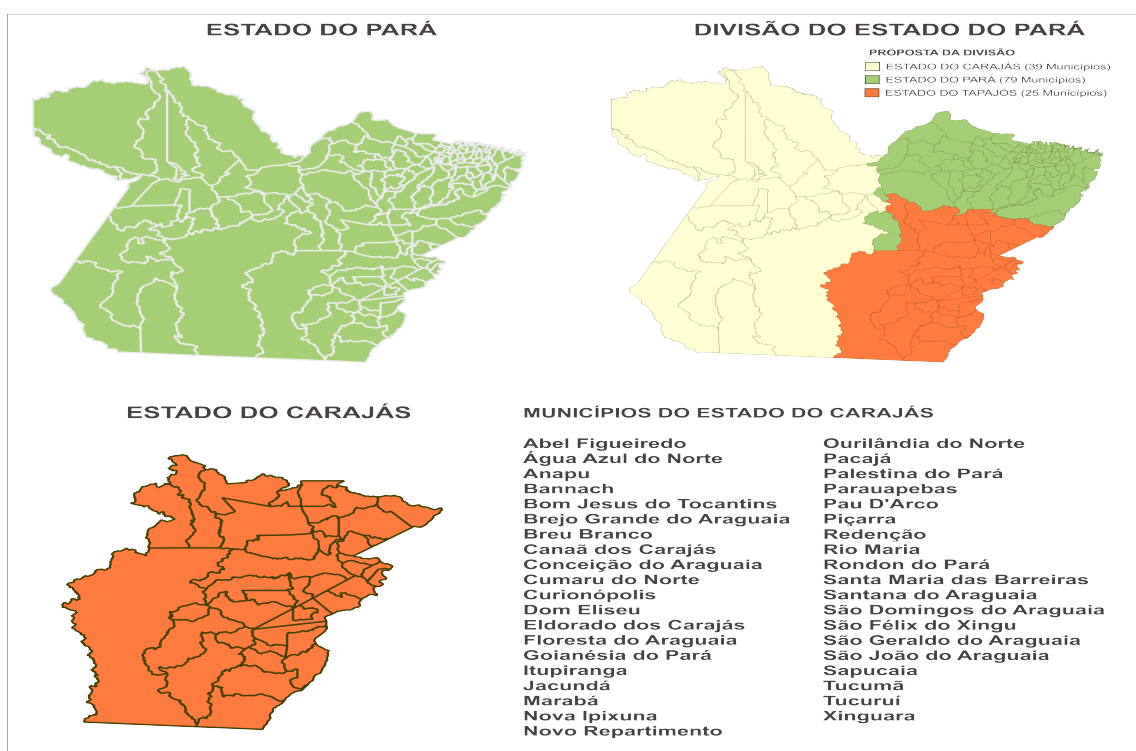
estaria desmatada. Atualmente, esse valor subiu para 245 mil km². A região que enfrenta o desmatamento mais preocupante é o Sudeste Paraense, com cerca de 133 mil km² devastados, tendo como principais motivos a exploração madeireira, a mineração e a pecuária.

4. A QUESTÃO DA DIVISÃO TERRITORIAL NO PARÁ

Como já visto historicamente, a Amazônia e seus recursos naturais vem sendo explorados insustentavelmente ao longo dos anos, afastada de um planejamento que vise o desenvolvimento sustentável regional. O estado do Pará, no âmbito amazônico, é detentor de relevantes riquezas naturais como grandes reservas minerais, entretanto, segundo IPEA (2011), temos ao mesmo tempo um dos menores IDHs do Brasil, o que demonstra o contraste presente no estado. Nos últimos anos, o Pará recebeu grandes contingentes humanos oriundos de outros estados brasileiros, os quais se instalam, preferencialmente, nas regiões do Oeste e Sudeste sem que haja um efetivo planejamento que atente às necessidades básicas dos migrantes, gerando uma gama de problemas socioeconômicos e ambientais.

Neste panorama, surge a discussão do desmembramento motivando duas novas estruturas governamentais: Carajás e Tapajós. Segundo IPEA (2011), com a separação o Estado de Carajás ficaria com 285.000 km² e 1,6 milhão de habitantes, enquanto que o Estado do Tapajós ficaria com 722.000 km² e 1,3 milhão de habitantes; o Pará deteria um território de 240.689 km² e 4,6 milhões de habitantes (Figura 2).

Figura 2: A separação do estado do Pará. FONTE: IBGE, 2011.



A superação do subdesenvolvimento não advém da divisão territorial, isso apenas enfraquece a unidade e desvia a capacidade de implantar uma gestão que produza recursos públicos para a melhoria da qualidade de vida da população do estado do Pará. Fortalecendo a ideia de união, colocamos como estratégia desenvolvimentista o conceito de associativismo e cooperativismo para as comunidades rurais paraenses, cuja aplicabilidade da estratégia é independente do setor produtivo a ser analisado, avaliando assim a organização do capital social na união de esforços para superar as dificuldades e permanência na competição do mercado, promovendo melhores condições de vida à população.

Na região Carajás a economia é baseada na mineração e na agroindústria, com ênfase na agricultura familiar e pecuária bovina, desta forma iremos analisar abaixo distintas experiências exitosas de associações, de outras regiões, que surgem como alternativas a serem ponderadas ao desenvolvimento socioeconômico estadual.

4.1. Associativismo da agricultura familiar

O crescimento populacional contínuo exige uma crescente produção de alimentos e a agricultura familiar, em formato associativista, atende às necessidades de desenvolvimento das comunidades rurais mais pobres, com geração de trabalho e renda, caracterizada como uma ação social, esse comportamento só é efetivo quando o ator se relaciona com a conduta de outras pessoas de forma organizada e mútua.

No estado do Pará uma experiência de sucesso ocorreu na colônia japonesa, com a associação de pequenos produtores, a atual Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), que se constitui como o único arranjo produtivo local (APL) efetivo em território paraense. Dentre algumas questões que justificam esta consolidação pode-se afirmar que na conjuntura social existe uma união dos colonos em busca por melhores condições de vida, atrelado ao comprometimento e confiança dos associados no auxílio mútuo dos participantes, enquanto que, no campo econômico, a atividade de policultura agrícola deixava-os menos vulneráveis ao mercado, explicando, dessa forma, a permanência da associação na competição mercadológica (TAFNER JUNIOR; SILVA, 2010).

A CAMTA, além de diversificar seus produtos, realiza o beneficiamento dos frutos, expandindo o seu mercado e obtendo maior valor agregado à sua produção. A agregação de valor tornar-se essencial no ambiente associativo, melhorando as características

e a qualidade do produto ofertado. Nessa busca o beneficiamento mostra-se como estratégia positiva a ser seguida pelas cooperativas dos agricultores na região de Carajás. Na região de Carajás a composição produtiva agrícola é diversificada apoiando a ideia de formação de associações de agricultores familiares que cultivem distintos produtos vegetais (Tabela 2).

Tabela 2: A produção agrícola dos municípios pertencentes à região de Carajás, Pará, Brasil.

Produção Vegetal	Municípios
Mandioca, milho, arroz, feijão e abacaxi.	Eldorado dos Carajás, Marabá, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Canaã dos Carajás e Piçarra.
Mandioca e arroz.	Parauapebas, Canaã dos Carajás e Marabá,
Abacaxi, mandioca, milho, soja, arroz e cana-de-açúcar.	Floresta do Araguaia, Conceição do Araguaia, Redenção, São Félix do Xingu, Cumarú do Norte, Santana do Araguaia e Santa Maria das Barreiras.
Mandioca, arroz, milho e coco-da-baía.	Itupiranga, Novo Repartimento, Tucuruí e Breu Branco.

Fonte: IDESP, 2011.

4.2. Associativismo dos pescadores artesanais

No que se refere à atividade pesqueira, os municípios de Itupiranga, Jacundá e Tucuruí possuem relevante potencial pesqueiro a ser desenvolvido (SEPOF, 2010). Segundo Cintra (2009) o nível de organização social dos pescadores precisa ser fortalecido como forma de apartar-se das condições precárias de vida desta população, buscando por melhorias no setor pesqueiro, como a disponibilidade de infraestrutura da pesca (fábricas de gelo, postos de combustíveis e outros) bem como o barateamento dos custos de produção, fundamentais para avanços no desenvolvimento da cadeia produtiva do pescado na região.

O Estado de Pernambuco, um dos principais exportadores de pescado no Brasil, apresenta em alguns municípios a formação de associações de pescadores artesanais como medida para promover o desenvolvimento socioeconômico da região. No contexto do espaço territorial, os dois estados, Pernambuco e Pará, apresentam pontos conexos no campo social e ambiental, o que enfatiza que a realidade de sucesso pernambucano possa ser aplicada como estratégia para o desenvolvimento regional do setor no Pará.

Destacaremos a associação de pescadores dos municípios de Cumarú, Frei Miguelinho, Riacho das Almas, Surubim, Bonito e Belo Jardim (PE), com mais de 20 mil

famílias envolvidas na pesca artesanal, as quais conseguiram junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento, a implementação do Projeto Renascer, desde 1997, que apoia as atividades de pesca e aquicultura por meio de financiamento para construção de galpões, aquisição de barcos, fábrica de gelo, além de prestar assessoria organizacional à associação (CALLOU, 2007).

No planejamento pesqueiro a infraestrutura, entre outros fatores, é responsável por fomentar o sucesso da atividade. Conforme Cintra (2009) um dos motivos que justifica Tucuruí ser o principal local de escoamento da produção de pescado na região Sudeste é devido a sua produção de gelo em larga escala. A infraestrutura presente na cidade consegue atrair o mercado produtivo para agir no incremento econômico local.

Desta forma a efetivação de programas de desenvolvimento para o setor pesqueiro é oriundo, muitas vezes, da articulação das comunidades fortalecendo o estoque de capital social. Conforme Putnam (1995) o capital social é o grau de confiança existente entre os atores sociais de uma sociedade, com a prática de normas de comportamento cívico necessário para o nível de associativismo dos membros desta sociedade.

4.3. Associativismo da pecuária leiteira

O Brasil é o sexto maior produtor de leite mundial. Crescendo a uma taxa anual de 4%, o leite está entre os seis primeiros produtos mais importantes da agropecuária brasileira, sendo que o agronegócio do leite e seus derivados desempenham um papel relevante no suprimento de alimentos e na geração de emprego e renda para a população (EMBRAPA, 2011).

Na região de Carajás existe a predominância da atividade leiteira com produção embasada na agropecuária familiar, alavancada no século XXI devido melhorias na infraestrutura elétrica e viária da região. Na localidade há milhares de pequenos produtores de leite dependentes da criação de gado para garantir a sua sobrevivência. Este panorama justifica a organização dos pequenos produtores na promoção dos interesses coletivos e atendendo aos objetivos estratégicos da sustentabilidade ambiental da atividade.

A Associação dos Produtores de Leite de Águas Belas no estado de Pernambuco foi constituída em 2001, com a proposta de organização em núcleos produtivos, ou seja, em vários agrupamentos comunitários. Conforme Carvalho e Rios (2007) é possível afirmar que a associação tem alcançado bons resultados como: manter o produtor rural no campo e

estimular a melhoria técnica do associado através da articulação de atores sociais, entre outros, formando um maior contingente de produtores familiares ocupados com a atividade leiteira no país e com maior sustentabilidade nas ações.

4.4. Ecoturismo no Complexo Ambiental Do Tapirapé-Aquiri

Os parques nacionais brasileiros recebem 3,5 milhões de turistas por ano, contra mais de 190 milhões de turistas anualmente em parques nos EUA, por exemplo. Para reverter o quadro, o governo federal, lança o Programa de Turismo nos Parques Nacionais, sem perder o foco na conservação da biodiversidade (ICMBio, 2011).

O parque nacional Tapirapé-Aquiri, localizado no município de Oriximiná, na margem esquerda do rio Trombetas, com 103.000 hectares, conserva amostras de ecossistemas amazônicos, formando com as Flonas (Floresta Nacional de Tapirapé-Aquiri, Floresta Nacional do Itacaiúnas e Floresta Nacional de Carajás) e com a APA (área de preservação ambiental) do Igarapé Gelado, um Complexo de Conservação Ambiental, que possui acesso pela PA-150 ou PA-275 até o município de Parauapebas, seguindo com um passeio de lancha de quatro horas para chegar ao parque (SETRAN, 2011).

Um Programa de ecoturismo relevante é caracterizado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, uma categoria de unidade de conservação, cujo objetivo básico é conciliar a conservação da natureza à melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. O Programa não foi idealizado para substituir as atividades produtivas tradicionais, como a pesca e a agricultura, mas para ser uma fonte de renda extra para a população local, com um sistema de rodízio de trabalho. A reserva emprega trabalhadores da própria comunidade, os quais são chamados por vez, dependendo do número de turistas.

A associação, entre a operação turística e as atividades econômicas do local, é essencial no sentido de manter as atividades tradicionais e distribuir benefícios econômicos. Em Mamirauá, as atividades que demonstram maior sinergia com o ecoturismo são o artesanato e a agricultura. O ecoturismo incentiva a preservação da identidade da população ribeirinha por meio de ações direcionadas ao ordenamento do intercâmbio e integração entre as populações locais e os turistas.

No município de Oriximiná a coleta e a comercialização da castanha-do-pará representa uma importante fonte de renda, onde as mulheres quilombolas produzem peças artesanais confeccionadas com o ouriço da castanha-do-pará, sementes e cipós, como uma

alternativa de geração de renda. Nesta perspectiva o turismo é uma atividade que ultrapassa os setores convencionais da economia, abrangendo elementos de natureza econômica, social, cultural e ambiental.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estratégia de mudança no enfoque do planejamento, passando a ser situacional/descentralizado, conferiu ao Brasil, e especificamente ao Pará, possibilidades inovadoras de estruturação e organização.

Esse novo arranjo necessita de uma boa governança atrelada à participação de grandes instituições, como as universidades, por meio do ensino, pesquisa e fomento, propondo a construção de projetos que requeiram uma participação mais ativa da sociedade. Todavia, as políticas desenvolvimentistas para a região paraense não adquirem o apoio político necessário, para, de fato, proporcionarem mudanças capazes de integrar os interesses coletivos.

Durante anos, as ações e omissões do poder público, tanto nacional como regional, permitiram que a Amazônia adquirisse um papel de proporcionar o desenvolvimento não para si, mas para os outros, sendo marcada pela exploração desordenada. Entretanto é preciso superar esse subdesenvolvimento imposto à região: a busca pelo desenvolvimento endógeno, pela ampliação do capital social bem como da inserção de tecnologias apropriadas às necessidades dos produtores regionais, apoio aos pequenos produtores como também à agricultura familiar, sendo todos esses fatores mediadores de um planejamento eficiente e eficaz no contexto amazônico.

Nessa perspectiva, um dos meios para se alcançar o desenvolvimento da Amazônia seria um apoio efetivo das instituições político-administrativas às associações e cooperativas, já que estas são peças-chaves na formação do capital social e tem como finalidade o desejo de alcançar o benefício social a todos. Desta feita, ressalta-se, mais uma vez, a necessidade de se construir atores sociais possuidores de uma mentalidade cívica, com uma preocupação voltada para o coletivo, e, dessa forma, com um maior poder de cobrança em busca de uma eficiência governamental.

Destarte, um engajamento das instituições universitárias somado há um capital social forte podem se transformar em verdadeiros balizadores para uma profunda mudança na

sociedade bem como da gestão administrativa, colocando na pauta dos governantes questões até então não vislumbrados com a devida prudência. É essencial que os governos, as empresas, as universidades e a sociedade civil se deem as mãos na busca da construção de políticas públicas que atendam as reais necessidades da população amazônica, contribuindo para a diminuição das desigualdades regionais.

6. REFERÊNCIAS

BUARQUE, Sérgio C. *Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. pp. 15-56.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes; SANTOS, Maria Salett Tauk. *O Associativismo Pesqueiro como Ferramenta de Combate à Pobreza Rural: a Experiência do Projeto Renascer*. UFRP. Pernambuco. 2007.

CARVALHO, Daniela Moreira de; RIOS, Gilvando Sá Leitão. *Modernização Rural: O Papel das Parcerias numa Associação de Produtores de Leite*. UFRP. Resumo. XLV da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Londrina. 2007.

CINTRA, Israel Hidenburgo Aniceto. *A pesca no reservatório da usina hidrelétrica de Tucuruí, Estado do Para, Brasil*. Tese de Doutorado. 2009. 190p.

Constituição da República Federativa do Brasil. Saraiva, 2010.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. A Problemática da superação do subdesenvolvimento e a questão da integração regional. IDESP. *Revista de Estudos Paraenses*. v. 2. n. 1. Belém. 2009.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <http://www.cpatu.embrapa.br/>. Acesso em 24 de junho de 2011.

FRIEDMANN, John. *Planning in the public domain: from knowledge to action*. Princeton NJ: Princeton Univ., 1987.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 24 de junho de 2011.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: www.icmbio.gov.br/. Acesso em 25 de junho de 2011.

IDESP - Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. Disponível em: <http://www.idesp.pa.gov.br/>. Acesso em 20 de junho de 2011.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/>. Acesso em 01 de junho de 2011.

MATUS, Carlos. Planejamento e Governo. *Adeus Senhor Presidente*. Recife: Editora Litteris, 1989, p 164-170.

PFEIFER, Peter. O Quadro Lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças. *Revista do Serviço Público*, Ano 51 (1), Brasília: Enap, 2000. p. 81-106.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. São Paulo: FGV, 1995.

SETRAN – Secretaria de Estado de Transporte. Disponível em: <http://www.setran.pa.gov.br/>. Acesso em 21 de junho de 2011.

SILVA, Fábio Carlos da. *Planejamento regional com foco em arranjos produtivos locais: a experiência recente do Estado do Pará*. Belém. NAEA/UFPA, 2009.

SILVA, Fábio Carlos da. Raízes Amazônicas, Universidade e Desenvolvimento Regional. In: Mello, Alex Fiúza de (organizador). *O Futuro da Amazônia. Dilemas, Oportunidades e Desafios no Limiar do Século XXI*. Belém: Edufpa, 2002. p. 55-70.

TAFNER JR., Armando Wilson; SILVA, Fábio Carlos da. Colonização japonesa, história econômica e desenvolvimento regional do Estado do Pará. *Novos Cadernos NAEA*. v. 13, n. 2, 2010. p. 121-152.